

# A DIFUSÃO CULTURAL COMO UM PROBLEMA DE PESQUISA: A MEDIÇÃO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS NO TRABALHO DE ELABORAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DO REGIME MILITAR NO BRASIL

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Georgete Medleg Rodrigues*

Departamento de Ciência da Informação e Documentação/Curso de Arquivologia e  
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – UnB  
georgete@unb.br

*Ana Cláudia Henriques de Araújo*

Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UnB  
anapato@ig.com.br

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização do Brasil - e a recuperação dos direitos políticos dos cidadãos - tem início, também, um processo de re (construção) da memória desse período. Grupos organizados como o *Tortura Nunca Mais* e a *Comissão Nacional de Familiares*, chamaram a atenção para o potencial dos arquivos do regime militar, pois esses acervos deveriam provar a culpabilidade do Estado por meio das provas documentais produzidas no período de exceção (1964-1984). Por outro lado, a Constituição Federal de 1988 reafirmou e ampliou os direitos fundamentais e estabeleceu os direitos individuais e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, criada em 1995, também contribuíram para o avanço desse processo.

O episódio da publicação das fotos supostamente do jornalista Vladimir Herzog, pelo *Correio Braziliense*, principal diário da capital federal, em outubro de 2004, provocou uma comoção nacional e ensejou, dentre outras medidas, uma revisão na legislação de acesso aos documentos sigilosos e, finalmente, a transferência, em dezembro de 2005, de documentos que estavam em poder da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para a Coordenação do Arquivo Nacional em Brasília. Apesar desses atos recentes, grande parte dos registros, notas e documentos produzidos nesse período ainda permanecem em sigilo, conservam-se em silêncio, estranhamente “resguardando” uma parte ou versão da história recente do Brasil. De outro lado, muitos documentos, atualmente custodiados em arquivos públicos, ainda permanecem numa

espécie de clandestinidade.

A partir da década de 1990, vários arquivos públicos já haviam recolhido documentos dos órgãos de repressão e iniciado o processo de tratamento arquivístico desses acervos, criando, inclusive, comissões para discutir políticas de acesso, como mostra o dossiê sobre o tema publicado em *Quadrilátero* revista do Arquivo Público do Distrito Federal (RODRIGUES e SILVA, 2001).

Entretanto, será que após a etapa de recolhimento e tratamento, as instituições públicas responsáveis pela custódia de parte dos acervos do regime militar, conseguiram garantir o acesso e tornar realmente públicas essas informações, apesar de suas peculiaridades (por conter dados pessoais dos envolvidos)? Essas instituições – os “lugares de memória” na concepção de Nora - contribuíram com ações de difusão desses acervos de modo a contribuir para as reflexões sobre a memória desse período? Se sim, quais foram as suas práticas nesse sentido? Os arquivos públicos são instituições do Estado, em suas diferentes instâncias, portanto, o que se questiona mesmo é o papel do Estado brasileiro nesse processo. O conselho do sociólogo francês Alain Touraine ao então ministro da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, consultado sobre a criação de um centro de referência sobre violações de direitos humanos durante o regime militar, pode nos dar algum indício: “O povo tem direito à memória e é fundamental dar voz às vítimas”. Essa frase reforça a importância das memórias individuais para a construção das memórias de todos. As palavras reforçam a necessidade da reparação, não só para os envolvidos, mas também para a história da nação.

Independentemente dos aspectos legais da questão - valor probatório dos documentos para a exigência de pensões e indenizações - a publicidade dos documentos é importante para a construção da memória social, escrita de várias formas, por vários autores e vozes. Quanto ao primeiro aspecto, é importante lembrar que a Comissão Especial de Reparação, vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão (RJ) registra 1.114 cadastrados – ex-torturados e parentes de vítimas da ditadura - para indenização: 707 processos foram julgados e 638 aprovados. Em dois anos, apenas 140, equivalentes a 21,9% do total de aprovados receberam cada, R\$ 20 mil a título de indenização.

**A DIFUSÃO CULTURAL NOS ARQUIVOS COMO UM PROBLEMA DE PESQUISA: A MEDIAÇÃO DOS ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA.**

Dentre as missões – ou funções arquivísticas – dos Arquivos encontra-se a difusão, definida aqui como “a ação de divulgação, de valoração, de disseminação e de tornar acessíveis as informações contidas nos documentos de Arquivo” (CHARBONNEAU, 2003, p. 374). Nessa perspectiva, as duas questões principais que norteiam a nossa pesquisa – da qual esta comunicação é apenas uma parte – são: qual o papel dos arquivos públicos na gestão política do passado recente do Brasil? Qual o papel dos arquivos públicos – como “lugares de memória” – na difusão da memória arquivística do regime militar? Nesse sentido, buscar-se-á analisar o papel dos arquivos públicos e centros de documentação na gestão do passado recente brasileiro por meio da identificação de suas práticas relacionadas à difusão dos documentos dos órgãos de repressão. Espera-se, também, com a pesquisa, compreender em que medida o silêncio imposto pelo regime militar e o sigilo dos documentos interferem no processo de difusão, além de buscar refletir sobre o espaço – social, cultural e institucional - que os arquivos públicos ocupam na sociedade contemporânea brasileira, particularmente em relação à questão da memória social.

A função didática dos arquivos adquire certa importância a partir da década de 1950, na França, com a criação do serviço educativo nos arquivos nacionais. O objetivo (VELA, 2001, p.57) era oferecer um serviço educativo auxiliar para o ensino da história na escola. Para a autora, a criação do serviço educativo e a conseqüente função pedagógica dos arquivos mudaram a visão tradicional da instituição. A criação do serviço educativo contribuiu para várias alterações dentro do espaço do arquivo. Acentuou-se o esforço de abertura e difusão dos arquivos ao grande público e valorizou-se o documento conservado potencializando seu uso. Isso significou um redimensionamento do papel da instituição e gerou modificações na gestão deste espaço cultural e social. A partir da ampliação das funções do arquivo, foram iniciadas discussões sobre o seu papel no meio social como mediador e difusor de cultura.

A função educativa não é limitada – e esse assunto é consenso entre os autores consultados (ALBERCH i FUGUERAS et al. 2001; COURCHESNE, 1999; BLAIS e ENNS, 1990) - às atividades dirigidas a alunos e professores; ao contrário, é uma prática cultural baseada na transmissão de informação, de conhecimento, na formação cultural e é destinada a vários públicos. Há, no entanto divergências em relação a melhor forma de definir essas atividades nas instituições arquivísticas e a terminologia também muda, de acordo com os países, as entidades, as políticas e os tipos de acervos. *Serviço educativo, programa educativo, programação cultural, ação cultural, difusão cultural, animação cultural e ação educativa* são algumas das designações adotadas pelas

instituições. É indispensável, portanto esclarecer os pontos de vistas de pesquisadores em relação aos objetivos e funções desses conceitos.

A ação educativa é uma prática comum em museus históricos, de ciências, de artes, bibliotecas, centros culturais e arquivos no Brasil e no mundo. Quanto aos arquivos, nos esclarece Vela:

Desde que, em 1950, se criou o serviço educativo nos Arquivos nacionais da França; que em 1952 se estendeu a idéia da rede de arquivos departamentais, particularmente os denominados *Projetos de ação educativa* impulsionados pelo ministro da educação (...) consagrou-se a abertura definitiva desta via de conhecimento dos arquivos na primeira reunião da *Table Ronde des Archives* do Conselho Internacional de Arquivos, em 1954, a função educativa dos arquivos foi ampliada a um público cada vez mais diversificado, englobando-se em um projeto geral de ação cultural (VELA, 2001, p. 59, tradução nossa)

Blais e Enns (1990) destacam ainda as constantes mudanças pelas quais passam as instituições arquivísticas em função da evolução da sociedade e dos meios de transmissão e produção da informação. Neste sentido, ocorrem modificações nos modelos da administração da instituição, assim como na forma de gestão da informação devido à valorização crescente dos meios tecnológicos e dos documentos eletrônicos. Para os autores, a missão dos arquivos “é identificar, adquirir, descrever, preservar e tornar disponíveis os documentos de valor permanente” (BLAIS; ENNS, 1990). Por outro lado, destacam também a importância dos arquivos públicos – e também dos arquivistas – no processo de comunicação com a sociedade.

Atualmente, como relata Vela (2001, p.58), a função educativa dos arquivos é inquestionável, assim como os usos do documento como recurso pedagógico

O uso de documentos no ensino das ciências sociais é uma prática educativa corrente: a prática foi incorporada aos livros, publicaram-se compilações de documento e têm aparecido trabalhos que oferecem à comunidade educativa propostas didáticas para o uso dos arquivos no ensino da história (VELA, 2001, p. 58, tradução nossa)

Para Alberch i Figuera (2001, p.162), o serviço educativo é entendido como a exploração pedagógica de fundos de um arquivo, por meio de diversas práticas, como visitas guiadas, realização de exposições e atividades didáticas, dirigidas ao público em geral e especialmente ao público escolar. Blais e Enns (1990), em artigo em que defendem a reestruturação da administração da programação pública nos arquivos canadenses mediante o estudo de usuários relatam

Para resgatar a noção de programação pública da periferia da tradição

arquivística, propõe a integração dos programas públicos, naquilo que pode ser considerado como o cerne das funções arquivística, e apela para uma valorização maior, por parte dos profissionais, da necessidade de aperfeiçoar práticas passadas e desenvolver novas abordagens na interação diária com seu variado público. (BLAIS e ENNS, 1990, p.56).

Embora consideradas por alguns pesquisadores como sinônimos, *ação educativa* e *ação cultural* guardam diferenças e têm como foco públicos diversos. Segundo Marie-Josée Courchesne

A criação de serviços educativos remonta, nesse país, ao início dos anos 1950 e suas atividades são principalmente destinadas às escolas. Esses serviços representam para alguns (...) os primeiros passos da ação cultural para um público mais amplo (COURCHESNE, 1999, p. 6, tradução nossa).

Analisando o contexto histórico de sua criação, podemos inferir que a ação cultural é também uma forma de ação política e, no caso dos arquivos públicos, uma forma de educar pela e para a memória. Educar pela memória significa utilizar as fontes documentais para ensinar. Educar para a memória é realizar um trabalho de educação política: mostrar a importância do passado, dos documentos como testemunhos da história nacional e as suas relações com o presente. Educar *pela e para a* memória significa a valorização da própria instituição arquivística como lugar de memória, ponto de referência e reflexão.

O pesquisador Mário Chagas (2003, p.144) ressalta a importância do sentido pedagógico da transmissão dos valores do que ele denomina “memória política”:

A origem latina do termo (*docere*) indica que o documento é aquilo que ensina alguma coisa a alguém. Nesse sentido, parece claro que a transmissão de memória política, ao valer-se de documentos, no sentido mais amplo do vocábulo, tem também uma intenção pedagógica, um desejo de articulação entre os que foram e os que vieram depois, uma vontade de formar e produzir continuidades. (CHAGAS, 2003, p. 144)

As atividades de difusão cultural desenvolvidas nos arquivos públicos (ALBERCH e FIGUERAS, 2001) são várias: produção cds interativos, arquivos virtuais, audiovisuais, exposições – permanentes, temporárias, itinerantes e virtuais – cartazes, marca-páginas, edição de livros, guias, inventários, catálogos, índices, catálogos de exposições, boletins, revistas, congressos, seminários, palestras, encontros, cursos, produção de vídeos, realização de documentários, edição de revista, produção de material educativo, dramatização, maquetes, jogos, concursos e visitas guiadas ao arquivo.

## **RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NOS ARQUIVOS: AS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E IDENTITÁRIAS.**

As tentativas de encontrar respostas e as lembranças e os debates sobre memória e esquecimento, têm origem na década de 80 do século passado. Essa tendência, ou o “amor coletivo ao patrimônio”, está diretamente ligada à mudança econômica e à alteração dos modos de produção industrial (JEUDY, 2005). Nesse período, a defesa do patrimônio poderia garantir a preservação da história social de uma região e, de certa forma, permitir também “consistência social aos programas políticos”.(JEUDY, 2005, p.26). Para Huyssen (2000, p.16), no final da década de 1989, a preocupação sobre a memória domina o discurso de vários países: União Soviética, Oriente Médio, África do Sul pós-apartheid, Ruanda, Nigéria, Austrália, Japão, China e Coreia, são alguns dos países citados. É o início do debate cultural e político em torno da situação de exceção nos países da América Latina, com os presos políticos e os desaparecidos. Surgem as discussões sobre violação de direitos humanos, justiça e responsabilidade coletiva. Para o autor, as “atuais culturas críticas de memória” e suas práticas têm contribuído para efetivar processos de democratização e das lutas por direitos. Outras questões, como minorias, gênero e na “reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais” também estão em debate e reforçam a questão da memória e das identidades, fortalecendo e expandindo as esferas públicas da sociedade civil. (HUYSSSEN, 2000, p.34).

Os arquivos públicos, além de garantir a conservação e preservação física dos documentos, têm como obrigação propiciar o acesso aos documentos e o uso das informações para resgatar a história e recuperar a memória e têm também como missão a difusão cultural, pautada na função educativa e comunicacional. Mas, sabe-se, todas essas “funções” não ocorrem de maneira harmoniosa, fora das tensões sociais e políticas nas quais as instituições arquivísticas estão inseridas. Segundo Pierre Nora

[...]o arquivo é a interface, o local de encontro e de conflito das duas formas de nossa memória contemporânea: a memória vivida e a memória documental; a memória direta e a memória indireta; imediata e mediata; a memória do testemunho e a da história científica, a memória viva e a memória reconstruída, memória quente e memória fria”. (NORA, 2002, p. 48, tradução nossa).

Nesse sentido, observa ainda Nora (2002) é que podemos situar os arquivos ditos “sensíveis”, na expressão francesa, ou, no caso do Brasil, os arquivos considerados

sigilosos: são esses arquivos que melhor exprimem ao mesmo tempo a memória e a história. Essa seria uma característica essencial dos arquivos contemporâneos, pois, prossegue Nora, eles pertencem, de pleno direito, aos dois tipos de memória. Para Nora, “é esse drama e essa tensão entre esses dois tipos de memória que faz dos arquivos, depositários de emoções sociais e coletivas, o objeto de disputas tão passionais” (NORA, 2002, p. 48, tradução nossa).

Dessa forma, para a realização desta pesquisa um dos conceitos com os quais iremos trabalhar é o de memória. Para tanto, adotamos os conceitos de memória coletiva – as lembranças da comunidade, a cultura, a identidade e patrimônio de um grupo (HALBAWCHS, 2004), conceito também abordado e atualizado por Jeudy (1990) – e Vázquez (2001). Este último insiste sobre a importância da memória individual como elemento fundamental para a construção da memória social através da linguagem, do compartilhamento de informações e das práticas sociais (VÁZQUEZ, 2001, p.75). Os arquivos públicos são também espaços de organização de informações, locais de evocação de referências culturais e representação social do mundo contemporâneo. A difusão cultural potencializa o uso dos acervos, divulga a instituição e amplia o público. A divulgação de informações - neste caso os documentos dos órgãos de repressão - pode facilitar o entendimento do passado recente e a compreensão das mudanças sociais. As atividades de difusão cultural podem legitimar uma nova dimensão ao papel social dos arquivos. As práticas de difusão podem converter os arquivos em agentes “dinamizadores” da cultura (ALBERCH i FUGUERAS, 2003, p.19).

Nos arquivos públicos e centros de documentação, as celebrações da memória operacionalizadas pela prática da difusão cultural, utilizando-se meios impressos, eletrônicos, exposições, atividades de visita orientada e capacitação podem ser entendidas como as práticas sociais citadas (VAZQUEZ, 2001, p.27). A memória é processo e produto construído através das relações e práticas sociais, onde a linguagem e a comunicação têm papel fundamental. Nesse sentido, o projeto realizado pelo Arquivo Público do Rio de Janeiro denominado “Arquivos da Relação: acesso à informação e democracia” é um bom exemplo. O nome é uma “triste lembrança” ao prédio da Polícia Civil, rua da Relação nº 40. A proposta da exposição, realizada em 2000, no Museu da República (RJ) foi a divulgação de documentação das polícias políticas no Rio de Janeiro – DOPS, de 1944 a 1979 – através de fotografias, propaganda política, charges, cartazes, postais, livros e folhetos.

No catálogo da exposição, Jessie Jane Vieira de Sousa, diretora geral do arquivo escreveu

A **transformação** deste acervo, de **instrumento** repressivo a **instrumento** do cidadão, deslocou também o uso e o acesso à informação contida nesses documentos. **Hoje**, elas podem ser examinadas como fundamentais para a **análise** da era dos extremos, quando os dois blocos hegemônicos travaram acirrada disputa política, econômica e cultural pela supremacia do mundo. (grifos nossos)

O trecho mostra que a instituição tinha como objetivo a *transformação* das informações contidas no acervo, renomeando ou deslocando o objetivo original para o qual o documento havia sido criado: de instrumento repressivo para instrumento de cidadania. No texto há ainda uma transição da informação do documento – que era *administrativo* – e passou a ser *histórico*. O tempo presente - *hoje* - mostra que a partir desse trabalho o Arquivo público do Rio de Janeiro procura mostrar a importância da memória social na pesquisa dos processos sociais, como componente indissociável que impregna parte dos fenômenos e possibilita, em algum sentido, a continuidade do social. (VAZQUEZ, 2001, p.24-25). O discurso do catálogo – que é processo e produto da memória “expográfica” - mostra a intenção da instituição em refletir sobre o passado e a sua atualização. A “atualização” tanto das informações quanto do novo papel desempenhado pelos documentos mostra que o presente é habitado pelo passado e que é possível criar possibilidades para que o futuro possa desenrolar-se.

#### **Etapas da pesquisa e procedimentos metodológicos**

O universo da pesquisa compreende os arquivos públicos e centros públicos de documentação que recolheram acervos documentais do período da ditadura que são os seguintes: Arquivo Público do Distrito Federal, Arquivo Público do Espírito Santo, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Maranhão, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Centro de documentação da UnB (CEDOC/UnB), Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte, Arquivo Público de Alagoas, Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Arquivo Público do Estado do Paraná e Arquivo Nacional. A título de comparação das ações de difusão, pretende-se também obter informações sobre a atuação dos arquivos da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. O recorte temporal compreende o final da década de 1980 - a partir dos primeiros recolhimentos dessa documentação - até 2006. O programa da pesquisa supõe as seguintes etapas

- 1 Mapear os arquivos públicos custodiadores de acervo documental do regime militar.
- Identificar como a difusão cultural está institucionalizada e quais os

instrumentos: regimento, documentos estratégicos, como departamento ou serviço técnico.

- Observar se há um planejamento estratégico das ações de difusão: orçamento, recursos, infra-estrutura, recursos humanos, divulgação, calendário e espaço físico.
- Identificar as formas escolhidas pelos arquivos públicos para disseminar informação e definir a sua tipologia. Ex: exposições, cursos, mostras, edição de livros, cds, instrumentos de pesquisa, material gráfico, visitas guiadas ao arquivo, etc.
- Procurar compreender em que medida o silêncio imposto pelo regime militar e o sigilo dos documentos interferem no processo de divulgação.
- Discutir o espaço – social, cultural e institucional - que o arquivo público ocupa na sociedade brasileira contemporânea.

Os instrumentos de coleta de dados são questionários, compreendendo 19 questões abertas e fechadas e entrevistas. Um pré-teste dos questionários foi realizado no Centro de Documentação (CEDOC) da UnB e no Arquivo Nacional – Coordenação Regional/DF.

### **O QUESTIONÁRIO: ROTEIRO PARA O MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS DE DIFUSÃO E ELABORAÇÃO DA MEMÓRIA DO REGIME MILITAR NOS ARQUIVOS**

Intitulamos o questionário de “Gestão política do passado: a construção da memória do regime militar nos arquivos públicos brasileiros”, cujas questões tiveram como referência autores que pesquisam a difusão cultural em arquivos, dentre eles: Courchesne (1999), Alberch i Fugueras (2001), Boix Llonch (2001), Navarro (2001), Vela, (2001), Blais e Enns (1990), já citados. O questionário foi estruturado em 5 blocos (Quadro 1), contemplando os seguintes temas: a) processo de recolhimento, gestão atual dos acervos recolhidos e elaboração e publicação de instrumentos de pesquisa; b) consultas públicas, produção de trabalhos acadêmicos e jornalísticos com base nesses acervos; c) a instituição, a difusão cultural e a tipologia de atividades; d) programação cultural e a institucionalização da difusão cultural; e) recursos, comunicação e gestão política dos acervos/e ou política de memória.

**QUADRO 1:** Bloco de questões que compõem o questionário “Gestão política do passado: a construção da memória do regime militar nos arquivos públicos brasileiros”

Caracterização da instituição
1. Dados sobre o recolhimento do acervo
2. Reprodução
3. Acesso
4. Divulgação
5. Uso
6. Os acervos na mídia
7. Atividades realizadas com base no acervo
8. Os fundos mais utilizados na difusão
9. Critérios de escolha do acervo
10. Calendário de eventos
11. Perfil do público-alvo das atividades
12. Periodicidade
13. Recursos humanos envolvidos
14. Parceiros nas atividades
15. Existência de uma política que orienta a difusão cultural
16. Orçamento
17. Divulgação dos projetos
18. Questão aberta: sobre os objetivos da instituição ao divulgar os acervos do regime militar.

Fonte: Elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a contribuição dos Arquivos públicos brasileiros aos movimentos de reflexão acerca do golpe militar de 1964 e suas conseqüências – pensando este último na perspectiva de um “acontecimento histórico traumático”, significa colocar os Arquivos na perspectiva do campo social e político. Os resultados de nossa pesquisa deverão nos mostrar se as instituições arquivísticas públicas brasileiras estão trabalhando no sentido de “devolver” à memória da sociedade, tirando-os do esquecimento, os personagens de uma história – presos e desaparecidos políticos – que “não podem ser excluídos da experiência coletiva da sociedade na qual esse grupo se insere” (KHEL, 2004, p.236). O resultado da pesquisa em andamento pretende contribuir para a discussão sobre o papel dos arquivos e dos arquivistas como mediador da informação, agente cultural e narrador. Narrador que traduz informação em conhecimento. “Contar histórias sempre foi a arte

de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (BENJAMIN,1995, p.205). Além de um simples inventário das ações dos arquivos públicos brasileiros referentes á difusão dos acervos do período da ditadura militar pretende-se, com esta pesquisa, apontar para as possibilidades que essas instituições têm de demonstrar que os eventos comemorativos – ilustrados com os fundos arquivísticos – podem ser, de fato, uma ocasião de se fazer “escutar a voz” daqueles que o Estado, por exemplo, quer esquecer e “devolvê-los à memória da sociedade”.

## **Notas**